

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

DIMENSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR NO CAPITALISMO GLOBAL

André Luís Vizzaccaro-Amaral (UEL)
Bruno Chapadeiro (UNICAMP)

“Precarização”. Em todos os textos que compõem esse dossiê, tal palavra se faz presente com sentidos que apontam tanto para um processo em movimento de desajustamento social do trabalho (ou de rompimento de direitos sociais e direitos do trabalho de homens e mulheres proletários) quanto para o desmonte da pessoa-humana-que-trabalha como ser humano-genérico (vide o crescimento exponencial das patologias mentais ligadas ao trabalho). Na leitura dos artigos aqui presentes, “precarização” possui o corpo de um modo de desefetivação de antigas formas de inserção e manutenção dos trabalhadores no mercado de trabalho, possuindo desdobramentos no plano objetivo/ subjetivo da força de trabalho constatados nos ambientes laborais e para além deles.

Dialeticamente, a “precarização” do trabalho, é também uma “precarização” da pessoa-humana-que-trabalha, ou seja, um dado processual que se desdobra em espaço-tempo e que atinge tanto as gerações mais velhas que aparecem como trabalhadores desligados ou trabalhadores sobreviventes das empresas reestruturadas, atingindo pessoas que são ou foram trabalhadores impactados por um longo processo de desmonte de estruturas que implicavam direitos empregatícios, estabilidade social, perspectivas de futuro, saúde e relações sociais; como também a *frustração de expectativas e indignação social* que se tornam atributos existenciais da condição de proletariado do jovem precário, hoje altamente escolarizado. O não-acesso ao mercado formal de

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

empregos é percebido por estes jovens-adultos-precários como uma perda de futuridade. Neste caso, temos a corrosão do sonho profissional dos novos assalariados flexíveis, não por conta do estatuto salarial precário, nem por conta da inadequação ocupacional (eles trabalham no que gostam), mas sim, pelo conteúdo da ação laboral corroída pelas novas formas de precarização do trabalho. Tanto para “veteranos”, quanto para “aspirantes”, eis os ingredientes sintomáticos de “precarização” que se encontra no cerne da existência da pessoa-humana-que-trabalha: a precarização de si.

Desse modo, para o trabalhador, a experiência de “precarização” incorre não somente em inseguranças em relação ao emprego, formas contratuais, modos de representação sindical, expectativas pouco animadoras para com o futuro, enfim, como o todo que deriva de fenômenos econômico-político-sociais tais como a mundialização do capital e a reestruturação produtiva em que a palavra de ordem é flexibilizar as relações de trabalho, mas sim, tal “precarização” do trabalho, aliada à “precarização” da pessoa humana-que-trabalha – esferas da produção e reprodução social em candente simbiose –, impõem-se no plano do metabolismo social como uma precarização existencial.

Esta última manifesta-se por mudanças cruciais no padrão de sociabilidade, alteridade, subjetividade ou ainda, auto percepção de si e dos outros evidenciando crises de vida pessoal, sociabilidade e autorreferência. Esta precarização existencial do sujeito humano dá-se por um desmonte ideológico que corrói o núcleo moral da genericidade humana (vazio de consciência em si e para si). Este “vazio-preenchido” como sugerimos, trata-se da frenética imputação de valores-fetiches próprias do “espírito” do toyotismo em que o sujeito moral é constantemente intimado a consentir com sua própria degradação humano-genérica. E, portanto, com sua própria precarização existencial e a do Outro-como-próximo. No plano objetivo, a adoção (in)voluntária de tais valores-fetiches que compõem o universo ideológico da ordem burguesa, degradam a personalidade humana enquanto subjetividade complexa também contribuindo para este conceito mais ampliado de “precarização” que visamos adotar.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

É claro que a lógica da instrumentalização do outro é a lógica da produção capitalista em si e para si, desde sua constituição originária. O capitalismo nasce reificando o trabalho vivo, transformando-o em força de trabalho como mercadoria. Mas o que diferencia a precarização existencial das formas de violência coercitivas, expostas e despóticas que caracterizam a exploração/espoliação, opressão e dominação do capital desde as priscas eras históricas até os dias de hoje, é seu caráter de *instrumentalização moral*, sutil, envolvente e consentida. Enfim, como trouxemos, uma instrumentalização perversa onde o eu torna-se carrasco de si mesmo (a auto-alienação dos ditos *empreendedores*) e, ao mesmo tempo, sujeito de fruição de sua própria desefetivação humano-genérica.

Em alusão ao exposto que trazemos, está presente nesse dossiê, por exemplo, a história de “Janete e a Starbucks...” no artigo homônimo de Martins & Soboll que narra o relato de caso de uma barista da rede de cafés Starbucks em que, após ter seu contrato de trabalho transformado em horário flexível fez com que a inexistência de horário fixo de intervalo interjornadas levasse a mesma a um cansaço físico muito acentuado e a viver com receio de pedir mais horas e acabar demitida. No campo emocional, a impossibilidade de manter sua casa e filho acarreta quadros de ansiedade e nervosismo com crises de choro nos momentos em que está em casa.

Tal caso se agrava quando as autoras relatam o uso pela rede de cafés de um *software* denominado *Kronos*, que indica a necessidade de mão-de-obra conforme padrões de vendas e outros dados e, assim, determina onde e quando será necessário alocar a mão-de-obra dos funcionários. Os trabalhadores e trabalhadoras submetidas a esse *software* descrevem situações como “pouco tempo para agendamento de suas atividades pessoais”, “entrega do plano de horas em um período muito pequeno antes de seu início (em média dois dias), e sempre suscetível a mudanças”; “não poder programar sua vida”; “falta de sono”; “desenvolvimento de doenças nervosas”; “irritação e a falta de possibilidade de conseguir outro emprego, pois relatam a necessidade de se ficar em constante disponibilidade”.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Diante de constantes mudanças estruturais no modo de gestão, nestas bases tecnológicas e principalmente na forma salarial é que temos o estudo de caso de Santos sobre o Setor Elétrico brasileiro, em que analisa as transformações provocadas pelo capitalismo internacional, nas diretrizes dos estados nacionais, evidenciando o impacto na vida objetividade/subjetiva do jovem trabalhador eletricitário, altamente escolarizado, dentro e fora do trabalho, devendo moldar-se às novas exigências neoliberais. A empresa estatal do setor energético estudada pelo autor adere aos ideais da gestão toyotista ao utilizar um programa computacional que registra passo-a-passo o trabalho, em tempo real, desde a saída do trabalhador de sua de casa, seu deslocamento, o início de sua tarefa, o final da mesma, o retorno, e o material utilizado no processo. A cada comando, o programa informa automaticamente o próximo passo. Inclusive é impossível executar as tarefas sem tal *software*. Além disso, o *tablet* rastreia 24h a posição e o tempo de parada de cada equipe, facilitando a medição da produtividade e da ociosidade dos eletricitistas. É a partir desse histórico que a empresa estabelece a meta de 90% de produtividade individual, pactuada por meio de “contratos de gestão” entre as áreas e entre os trabalhadores e gerentes. O autor ainda relata que outros *softwares* também foram desenvolvidos para controlar a produção de outros trabalhadores da empresa, como os técnicos comerciais e operacionais.

Ainda na esteira das novas Tecnologias Informacionais e Computacionais (TICs) o texto de Netto & Luz apresenta o caso das operadoras de *checkout* onde suas tarefas são preestabelecidas numa gama fechada de possibilidades selecionadas e confirmadas por meio do teclado, que via *software* soma, registra e realiza as operações para o caso de troco em dinheiro. O *checkout*, de maneira geral, é constituído por aparatos tecnológicos que não apenas garantem o acúmulo de funções para a operadora como incorporam o trabalho cognitivo, caracterizando a função como extremamente simplificada e eminentemente manual. A divisão sexual do trabalho, assentada nos princípios de separação e hierarquização estabelece a contratação hegemonicamente feminina desta força de trabalho, explorando sua suposta docilidade na apropriação de seu trabalho não-pago. Os autores também verificam que os ritmos alterados de

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trabalho, assim como o acúmulo de ações ou funções laborais, são elementos importantes na intensificação e precarização do trabalho das operadoras de *checkout*.

Não é novidade que o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, ao contribuírem com a perpetuação da propriedade privada, da divisão social do trabalho e do trabalho estranhado, vem subsumindo as subjetividades humanas aos desígnios de “progresso” do capital cada vez mais e cooperam com o conceito de precarização existencial, anteriormente mencionado, ao invés de emancipar a classe trabalhadora.

Além das alterações no plano da subjetividade mediada por novas formas de gestão, de “espírito” toyotista, que se ancoram nas novas TICs para objetivar o processo de “captura”, em nosso dossiê também encontramos outros fenômenos cada vez mais candentes em nosso tempo histórico, e que contribuem para a cronificação dos adoecimentos oriundos da precarização existencial da pessoa humana-que-trabalha: a incapacidade laboral e o desemprego estrutural.

O artigo de Vizzaccaro-Amaral, fruto de sua tese de doutoramento, procurou compreender o estágio de desamparo institucional sofrido por trabalhadores acidentados ou adoecidos que tiveram seus benefícios previdenciários cessados precocemente e, sem poder retornar à sua ocupação habitual em razão de uma “incapacidade laboral”. Já no estudo de Figueiredo com mulheres desempregadas, os resultados apontaram um alto grau de sofrimento psíquico (medo de não mais conseguirem emprego e ansiedade por não estarem trabalhando) e demonstraram a crise da subjetividade em todas as dimensões psicossociais (vergonha por não se sentirem contribuintes com o contexto familiar). Num estudo comparativo das formas de precarização do emprego com vistas ao desemprego estrutural, entre Brasil e Portugal, Piovezan & Dal Ri apontam os excessos da jornada de trabalho, a perda real dos salários, tanto no setor privado quanto no público, desde a década de 1980, o congelamento dos salários, a intensificação da produtividade, a duplicação do número de trabalhadores portugueses que trabalham como temporários entre 1985 e 2002 e etc. e que retratam o quadro crítico da situação da classe trabalhadora tanto no Brasil quanto em Portugal nas últimas três décadas. Justificam dessa forma, a necessidade de se monitorar o processo de precarização do

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trabalho em ambos os países, haja vista que o movimento de precarização do trabalho e o ataque das políticas neoliberais, que corrompem os direitos dos trabalhadores, permanecem em contínuo processo nesses países intensificando-se num cenário de crise estrutural do capital iniciada pós-2008.

Assim como o artigo de Vizzaccaro-Amaral que chama a atenção para a questão da previdência e os benefícios cedidos à trabalhadores acidentados/adoecidos, o de Rumin também aponta para a questão de políticas públicas mais pontuais voltadas à compreensão na obtenção do nexos causal entre a atividade de trabalhadores rurais canavieiros e seus acidentes/adoecimentos provenientes da atividade que exercem onde comumente a intensificação e penosidade relativo ao cultivo de cana-de-açúcar apresenta para tal população uma gama de perigos e riscos que eleva a proporção de acidentes/adoecimentos acima mesmo da média nacional.

Congregando pesquisadores da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e de importantes universidades públicas estaduais e federais, além de uma autarquia municipal de forte impacto regional, o presente dossier é mais uma relevante contribuição para as discussões envolvendo a temática Trabalho-Saúde que a Revista Estudos do Trabalho procura disponibilizar, nesta edição.